Demonstrações Financeiras

Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido....7
Demonstração dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.

Bombinhas - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

MARCIO SERPEJANTE PEPPE:12909396835

Digitally signed by MARCIO SERPEJANTE PEPPE:12909396835
Date: 2025.03.21 12:39:34 -03'00'

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	4	253	412
Aplicações financeiras	5	19.499	-
Contas a receber de clientes	6	8.890	6.660
Estoque		285	260
Outros créditos		149	126
Total do ativo circulante		29.076	7.458
Contas a receber de clientes	6	60	48
Tributos a recuperar		5	5
Depósitos judiciais	13	35	35
Total do realizável a longo prazo		100	88
Imobilizado		6.546	1.473
Ativo de contrato da concessão	8	42.681	53.544
Intangível	9	136.565	95.026
Total do ativo não circulante		185.892	150.131
Total do ativo		214.968	157.589

Passivo	**Nota**	**2024**	**2023**
Debêntures	11	3.102	1.653
Fornecedores e empreiteiros	10	1.819	1.064
Obrigações trabalhistas e sociais		448	423
Obrigações fiscais		692	308
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	7	-	14.383
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18 a.	1.651	1.077
Outras contas a pagar	12	1.389	381
Total do passivo circulante		9.101	19.289
Debêntures	11	164.539	93.122
Fornecedores e empreiteiros	10	1.127	1.374
Provisões	13	441	1.341
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	-	266
Outras contas a pagar	12	4.674	575
Total do passivo não circulante		170.781	96.678
Total do passivo		179.882	115.967
Patrimônio líquido	14		
Capital social		22.603	22.603
Reserva de lucros		12.483	16.118
Dividendos adicionais propostos		-	2.901
Total do patrimônio líquido		35.086	41.622
Total do passivo e patrimônio líquido		214.968	157.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	15	85.966	70.574
Custos dos serviços prestados	16	(48.221)	(41.054)
Lucro bruto		37.745	29.520
Despesas administrativas e gerais	16	(3.539)	(1.566)
Outras receitas operacionais		11	7
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		34.217	27.961
Receitas financeiras	17	3.162	824
Despesas financeiras	17	(11.405)	(8.443)
Resultado financeiro		(8.243)	(7.619)
Resultado antes dos tributos		25.974	20.342
Imposto de renda e contribuição social corrente	18 a.	(6.409)	(4.643)
Lucro líquido do exercício		19.565	15.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	19.565	15.699
Resultado abrangente total	19.565	15.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

				Reservas de lucros			
		Capital social	Dividendo adicional proposto	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2023		4.146	2.901	555	3.593	-	11.195
Aumento de capital social		18.457	-	-	-	-	18.457
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.699	15.699
Destinação:							
Reserva legal	14 b.	-	-	785	-	(785)	-
Dividendo mínimo obrigatório	14 c.	-	-	-	-	(3.729)	(3.729)
Lucros retidos	14 d.	-	-	-	11.185	(11.185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		22.603	2.901	1.340	14.778	-	41.622
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.565	19.565
Destinação:							
Reserva legal	14 b.	-	-	978	-	(978)	-
Dividendos intermediários	14 c.	-	(2.901)	-	(14.778)	-	(17.679)
Dividendos intercalares	14 c.	-	-	-	-	(8.422)	(8.422)
Lucros retidos	14 d.	-	-	-	10.165	(10.165)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		22.603	-	2.318	10.165	-	35.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		25.974	20.342
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	16	6.058	4.066
Reversões de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13 e 16	(84)	(978)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	6 e 16	93	67
Baixa de títulos do contas a receber	6 e 16	206	-
Margem de construção ativo intangível	8 *(i)*	(701)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(1.592)	(29)
Encargos sobre debêntures	11 e 17	9.501	6.953
Amortização do custo de captação	11 e 17	205	24
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 17	8	8
Atualização monetária de riscos tributários	13	(800)	(113)
Juros de arrendamentos	12 *(i)*	428	63
		39.296	30.403
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(2.549)	(1.095)
Tributos a recuperar		(22)	(1)
Estoques		(25)	(6)
Depósitos judiciais		-	13
Outros créditos		(22)	(34)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		508	(4.080)
Obrigações trabalhistas e sociais		25	22
Obrigações fiscais		384	(319)
Pagamento de riscos cíveis e trabalhistas	13	(16)	(262)
Outras contas a pagar		(8)	109
Juros pagos	11	(11.918)	(12.530)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18 a.	(5.538)	(4.483)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		20.115	7.737
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas		(19.161)	2
Juros recebidos		978	21
Aquisição de ativo imobilizado		(132)	(106)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(30.320)	(25.058)
Contas correntes líquida partes relacionadas		(266)	5.188
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(48.901)	(19.953)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Debêntures captados	11	165.000	12.530
Custo na captação de debêntures	11	(1.141)	-
Debêntures pagas	11	(93.208)	-
Pagamentos de arrendamentos	12 *(i)*	(1.540)	(277)
Dividendos pagos	14 c.	(40.484)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		28.627	12.253
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(159)	37
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	412	375
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	253	412
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(159)	37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade limitada domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Bombinhas, Santa Catarina. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2016 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura Municipal de Bombinhas, obtido mediante participação de concorrência pública nº 001/2016-FMSB o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área de concessão, em caráter de exclusividade, outorgados pelo município de Bombinhas, pelo prazo de 35 anos.

Segmento Operacional

A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas (nota explicativa n° 6);
- Reconhecimento de receita a faturar (nota explicativa n° 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 9); e
- Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa n° 13);

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Ativos intangíveis

A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “d”. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor.

c) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria;

- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber de clientes

Para o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber, são consideradas premissas, as quais são as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses, ajustadas por eventos futuros relevantes esperados. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos, privados e renegociados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 19.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

d) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

A Companhia reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

e) Capitalização dos custos das debêntures

Os custos das debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

f) Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada.

h) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes.

A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento.

(iii) Receita a faturar de *serviços de água e esgoto*

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar.

(iv) Receitas de construção ativo intangível

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos das debentures atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

i) Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

(ii) Tributos sobre prestações de serviços

O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia.

j) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

  Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

  São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

  Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

  Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

  Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

(vi) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, amortização do custo de captação e ajuste a valor presente de clientes.

k) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

l) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações, esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

  Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

m) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 26 (R1): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;

- CPC 36 (R3): Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Contábeis Internacionais**.**

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	-	1
Bancos conta movimento	253	411
	253	412

5. Aplicações financeiras

Modalidade	2024	2023
Fundo de Investimento Safira	19.499	-

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 98,52% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2024.

A carteira do fundo de investimento onde a Companhia detém cotas, corresponde a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivos. O fundo é registrado junto à CVM.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa n° 19 - Instrumentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes

	2024	2023
Serviços de água e esgoto	6.077	4.777
Renegociações	820	634
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	2.607	1.758
(-) Perdas de crédito esperadas	(554)	(461)
	8.950	6.708
Circulante	8.890	6.660
Não circulante	60	48

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

		Saldos vencidos				
Classe de consumidor	**Saldos a vencer**	**Até 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**De 366 a 730 dias**	**Total**	**Saldo em 2024**
Residencial	3.034	901	163	-	1.064	4.098
Comercial	1.376	328	96	-	424	1.800
Industrial	68	34	1	-	35	103
Setor público	58	14	3	1	18	76
Subtotal consumidores	4.536	1.277	263	1	1.541	6.077
Renegociações *(i)*	725	86	9	-	95	820
	5.261	1.363	272	1	1.636	6.897

		Saldos vencidos			
Classe de consumidor	**Saldos a vencer**	**Até 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Total**	**Saldo em 2023**
Residencial	2.568	642	136	778	3.346
Comercial	1.041	220	33	253	1.294
Industrial	48	13	4	17	65
Setor público	50	11	11	22	72
Subtotal consumidores	3.707	886	184	1.070	4.777
Renegociações *(i)*	577	50	7	57	634
	4.284	936	191	1.127	5.411

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2024 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 31 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 10.05% a.a. (R$ 23 e 9,51% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R$ 8 de ajuste a valor presente (R$ 8 em 31 de dezembro de 2023).

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		Resultado		
Natureza	**Saldo em 2023**	**Adições**	**Reversões**	**Saldo em 2024**
Privado *(ii)*	(392)	(510)	470	(432)
Renegociações	(69)	(176)	123	(122)
	(461)	(686)	593	(554)

		Resultado		
Natureza	**Saldo em 2022**	**Adições**	**Reversões**	**Saldo em 2023**
Privado *(ii)*	(328)	(463)	399	(392)
Renegociações	(66)	(185)	182	(69)
	(394)	(648)	581	(461)

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		Resultado	
Natureza	**Baixas**	**Recuperações *(iii)***	**Total em 2024**
Privado *(ii)*	(294)	115	(179)
Renegociações	(120)	93	(27)
	(414)	208	(206)

		Resultado	
Natureza	**Baixas**	**Recuperações *(iii)***	**Total em 2023**
Privado *(ii)*	(257)	205	(52)
Renegociações	(180)	232	52
	(437)	437	-

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

7. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2024, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 80 (R$ 117 em 31 de dezembro de 2023).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
Companhia Riograndense de Saneamento (d)	5	13
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	-	4.792
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	-	38
	-	4.830
	5	4.843
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	16	83
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	-	16
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	7	77
	23	176
Dividendos a pagar		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	14.383
Debêntures privadas partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	1.653
Outras contas a pagar partes relacionadas		
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (d)	-	14
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	266
Debêntures privadas partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	93.122
	23	109.614
Resultado do exercício		
Custos e despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(1.254)	(1.002)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(199)	(184)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(134)	(489)
	(1.587)	(1.675)
Despesas financeiras		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	(10.241)	(12.498)
	(24.326)	(14.173)

(a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.

(b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.

(c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.

(d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

(e) Refere-se aos encargos com debêntures privadas.

8. Ativo de contrato da concessão

	2024	2023
Ativo de contrato da concessão	42.681	53.544

	2023	2024		
	Custo	Adições *(i)*	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	53.544	35.742	(46.605)	42.681

	2022	2023		
	Custo	Adições *(i)*	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	32.273	30.601	(9.330)	53.544

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido a margem de construção no valor de R$ 701 e juros sobre debêntures nos ativos qualificáveis foram capitalizados R$ 4.427 a uma taxa média de 12,04% a.a. (R$ 5.543 e 14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos de arrendamento são capitalizados nos ativos aos quais estão diretamente ligados, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R$ 294 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

9. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2024 Custo	2024 (-) Amortização	2024 Líquido	2023 Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	35	2,9%	443	(94)	349	349
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 35	3,5%	101.655	(11.633)	90.022	58.490
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 35	3,4%	44.092	(5.547)	38.545	31.378
Máquinas e equipamentos	de 05 a 33	6,7%	9.124	(1.724)	7.400	4.740
Outros componentes	de 10 a 25	6,4%	294	(47)	247	66
			155.608	(19.045)	136.563	95.023
Software						
Licença de uso de *Software*	03	33,3%	5	(3)	2	3
			5	(3)	2	3
			155.613	(19.048)	136.565	95.026

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2023 Custo	2023 (-) Amortização	2023 Líquido	2022 Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	35	2,9%	443	(94)	349	362
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 35	3,4%	67.015	(8.525)	58.490	55.768
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 35	3,3%	35.538	(4.160)	31.378	29.610
Máquinas e equipamentos	de 05 a 33	6,4%	5.907	(1.167)	4.740	3.706
Outros componentes	de 10 a 25	5,9%	100	(34)	66	54
			109.003	(13.980)	95.023	89.500
Software						
Licença de uso de *Software*	03	33,3%	5	(2)	3	-
			5	(2)	3	-
			109.008	(13.982)	95.026	89.500

b) Movimentação do custo

Ativo	2023 Custo	2024 Adições	 Custo
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	443	-	443
Instalações técnicas de saneamento	67.015	34.640	101.655
Edificações de estações de tratamento	35.538	8.554	44.092
Máquinas e equipamentos	5.907	3.217	9.124
Outros componentes	100	194	294
	109.003	46.605	155.608
Software			
Licença de uso de *Software*	5	-	5
	5	-	5
	109.008	46.605	155.613

Ativo	2022 Custo	2023 Adições	 Custo
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	443	-	443
Instalações técnicas de saneamento	61.993	5.022	67.015
Edificações de estações de tratamento	32.634	2.904	35.538
Máquinas e equipamentos	4.523	1.384	5.907
Outros componentes	83	17	100
	99.676	9.327	109.003
Software			
Licença de uso de *Software*	2	3	5
	2	3	5
	99.678	9.330	109.008

c) Movimentação da amortização

Ativo	2023 Amortização acumulada	2024 Adições	 Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(94)	-	(94)
Instalações técnicas de saneamento	(8.525)	(3.108)	(11.633)
Edificações de estações de tratamento	(4.160)	(1.387)	(5.547)
Máquinas e equipamentos	(1.167)	(557)	(1.724)
Outros componentes	(34)	(13)	(47)
	(13.980)	(5.065)	(19.045)
Software			
Licença de uso de *Software*	(2)	(1)	(3)
	(2)	(1)	(3)
	(13.982)	(5.066)	(19.048)

	2022	2023	
Ativo	**Amortização acumulada**	**Adições**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(81)	(13)	(94)
Instalações técnicas de saneamento	(6.225)	(2.300)	(8.525)
Edificações de estações de tratamento	(3.024)	(1.136)	(4.160)
Máquinas e equipamentos	(817)	(350)	(1.167)
Outros componentes	(29)	(5)	(34)
	(10.176)	(3.804)	(13.980)
Software			
Licença de uso de *Software*	(2)	-	(2)
	(2)	-	(2)
	(10.178)	(3.804)	(13.982)

A Companhia não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2024.

10. Fornecedores e empreiteiros

	2024	2023
Fornecedores de materiais e serviços	2.923	2.262
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa n° 7)	23	176
	2.946	2.438
Circulante	1.819	1.064
Não circulante	1.127	1.374

11. Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor Desembolsado / Captado	2024	2023
Debêntures	CDI + 1,95%	Outubro/2026	165.000	167.641	94.775
Circulante				3.102	1.653
Não circulante				164.539	93.122

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2024
2026	165.000
Custo de captação (não circulante)	(461)
Total	164.539

Movimentação das dívidas	**2024**	**2023**
Saldo inicial	94.775	82.255
Captações	165.000	12.530
(-) Pagamentos do principal	(93.208)	-
(-) Pagamentos de juros	(11.918)	(12.530)
Provisão de juros (nota explicativa nº 17)	9.501	6.953
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	4.427	5.543
(-) Custo na captação	(1.141)	-
Amortização do custo de captação (nota explicativa nº 17)	205	24
Saldo final	167.641	94.775

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2024 totaliza o montante de R$ 1.045 (R$ 109 em 31 de dezembro de 2023).

a) Debêntures

A Companhia emitiu debêntures simples, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:

			Datas de pagamento	
Emissão	**Data de emissão**	**Valor da emissão**	**Principal**	**Juros**
2ª Emissão *(i)*	Outubro/2024	165.000	Outubro/2026	Semestral da emissão

(i) Essa operação conta com o Aval da Aegea Saneamento.

Em novembro de 2024, a Companhia liquidou antecipadamente a 1ª emissão de debêntures simples, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, em série única, de distribuição privada, contratada em novembro de 2021.

A Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas restritivas referentes as debêntures estão sendo cumpridas integralmente.

12. Outras contas a pagar

	2024	2023
Arrendamentos *(i)*	5.960	844
Outras contas a pagar	103	112
	6.063	956
Circulante	1.389	381
Não circulante	4.674	575

(ii) A companhia possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	2024	2023
Saldo inicial	844	51
Adições	6.228	1.007
Acréscimo de juros (nota explicativa nº 17)	428	63
Pagamentos	(1.540)	(277)
	5.960	844
Circulante	1.286	269
Não circulante	4.674	575

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2024 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,61% a.a. (11,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes.

Cronograma

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento:

	2024
2026	1.356
2027	608
2028 em diante	2.710
	4.674

13. Depósitos judiciais e provisões

A Companhia é parte e está se defendendo nas respectivas esferas em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários.

A Companhia, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários aos quais está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

Natureza	Depósitos judiciais		Provisões	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	11	11	-	-
Tributários	24	24	441	1.341
	35	35	441	1.341

Movimentação das provisões

Natureza	2023	Resultado		Pagamentos	Atualização monetária	2024
		Adições	Reversões			
Cíveis	-	16	-	(16)	-	-
Tributários	1.341	-	(100)	-	(800)	441
	1.341	16	(100)	(16)	(800)	441

Natureza	2022	Resultado		Pagamentos	Atualização monetária	2023
		Adições	Reversões			
Cíveis	10	259	(25)	(244)	-	-
Trabalhistas	-	18	-	(18)	-	-
Tributários	2.684	-	(1.230)	-	(113)	1.341
	2.694	277	(1.255)	(262)	(113)	1.341

Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e ambientais, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda e somavam o montante de R$ 829 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 811 em 31 de dezembro de 2023), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos cíveis que totalizam R$ 18 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023) não há processo de valor individual significativo.

b) Processos trabalhistas

A Companhia possui processos trabalhistas que totalizam R$ 271 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 271 em 31 de dezembro de 2023) não há processo individualmente significativo.

c) Processos ambientais

A Companhia possui processos ambientais que totalizam R$ 540 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 540 em 31 de dezembro de 2023) não há processo individualmente significativo.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R$ 35 (R$ 35 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social integralizado é de R$ 22.603 e está representado por 22.603.558 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%
Igarapé Participações S.A.	0,01%
	100,00%

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	19.565	15.699
(-) Constituição da reserva legal	(978)	(785)
Lucro líquido ajustado	18.587	14.914
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	(4.647)	(3.729)
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos destinados do resultado do exercício anteriores	(17.679)	-
Dividendos destinados do resultado do exercício	(8.422)	(3.729)
	(26.101)	(3.729)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia declarou R$ 17.679 a título de dividendos intermediários e R$ 8.422 a título de dividendos intercalares. No mesmo exercício a Companhia pagou o montante de R$ 40.000 referente a dividendos e R$ 484 referente a juros sobre o capital próprio.

d) Reserva de retenção de lucros

A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

15. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	44.842	35.609
Outros serviços indiretos de água	1.041	788
Serviços de esgoto	6.420	5.282
Outros serviços indiretos de esgoto	17	21
Receitas de construção ativo intangível	35.742	30.601
Total receita bruta	88.062	72.301
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(193)	(213)
(-) Tributos sobre serviços	(1.903)	(1.514)
Total da receita operacional líquida	85.966	70.574

16. Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Pessoal	(1.886)	(1.649)
Conservação e manutenção	(1.002)	(589)
Serviços de terceiros	(3.355)	(2.807)
Materiais, equipamentos e veículos	(201)	(258)
Amortização e depreciação	(6.058)	(4.066)
Custo de concessão	(298)	(234)
Custos de construção ativo intangível	(35.041)	(30.601)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	(93)	(67)
Baixa de títulos do contas a receber	(206)	-
Reversões de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	84	978
Energia elétrica	(2.421)	(1.805)
Produtos químicos	(350)	(311)
Locação	(73)	(568)
Outros	(860)	(643)
	(51.760)	(42.620)
Custos dos serviços prestados	(48.221)	(41.054)
Despesas administrativas e gerais	(3.539)	(1.566)

17. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.592	29
Juros e multa recebidos ou auferidos	661	421
Outras receitas financeiras	909	374
Receitas financeiras	3.162	824
Despesas		
Encargos sobre debêntures (nota explicativa nº 11)	(9.501)	(6.953)
Descontos concedidos	(648)	(870)
Despesas e comissões bancárias	(177)	(126)
Amortização do custo de captação (nota explicativa nº 11)	(205)	(24)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 6)	(8)	(8)
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 12)	(428)	(63)
Outras despesas financeiras	(438)	(399)
Despesas financeiras	(11.405)	(8.443)
Resultado financeiro	(8.243)	(7.619)

18. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está apresentada como segue:

	2024	2023
Resultado antes dos tributos	25.973	20.342
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(8.831)	(6.916)
Lucro presumido apurado	2.422	2.273
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(6.409)	(4.643)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(6.409)	(4.643)
Alíquota efetiva	25%	23%

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	**2024**	**2023**
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(6.409)	(4.643)
Saldo pago referente a anos anteriores	(1.077)	(923)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	1.948	1.083
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(5.538)	(4.483)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	297	6
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.651	1.077
Total	1.948	1.083

19. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 554, representando aproximadamente 5,83% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2023, esta provisão era de R$ 461, representando aproximadamente 6,43% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data.

A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham *rating* igual ou superior a AA. O *rating* são aqueles publicados pelas agências: *Fitch, Standard&Poor's e Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2024	2023
Bancos conta movimento	4	253	411
Aplicações financeiras	5	19.499	-
Contas a receber de clientes	6	8.950	6.708
		28.702	7.119

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

	2024						
	Valor contábil	**Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)**	**Até 12 meses**	**13 a 24 meses**	**25 a 36 meses**	**37 a 48 meses**	**49 meses em diante**
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.946	2.946	1.819	1.127	-	-	-
Debêntures	167.641	216.771	23.677	193.094	-	-	-
Outras contas a pagar	6.063	9.076	1.932	1.763	908	432	4.041
	176.650	228.793	27.428	195.984	908	432	4.041

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

- Risco de taxa de juros

  A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e outras contas a pagar.

  Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	2024	2023
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	19.499	-
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Debêntures	168.686	94.884
Outras contas a pagar *(i)*	5.960	844
	174.646	95.728

(i) O saldo refere-se aos arrendamentos.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			Taxa de	Cenários				
			juros efetiva	I	II	III	IV	V
Exposição Patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**a.a. em 2024**	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	19.499	Variação do CDI	12,15%	2.369	2.961	3.554	1.777	1.185
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(168.686)	Variação do CDI	12,15%	(20.495)	(25.619)	(30.743)	(15.371)	(10.248)
1 + 2 - Exposição líquida	(149.187)			(18.126)	(22.658)	(27.189)	(13.594)	(9.063)

Gerenciamento do capital

A Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos de liquidez imediata.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2024	2023	2024	2023
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	4	Custo amortizado	-	253	412	253	412
Aplicações financeiras *(i)*	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	19.499	-	19.499	-
Contas a receber de clientes *(i)*	6	Custo amortizado	-	8.950	6.708	8.950	6.708
Total				28.702	7.120	28.702	7.120
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	10	Custo amortizado	-	2.946	2.438	2.946	2.438
Debêntures *(ii)*	11	Custo amortizado	-	167.641	94.775	171.165	101.962
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar *(i)*	7	Custo amortizado	-	-	14.383	-	14.383
Outras contas a pagar *(i)*	12	Custo amortizado	-	6.063	956	6.063	956
Total				176.650	112.552	180.174	119.739

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

(ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação de 0,9% do faturamento mensal.

As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) manter a cobertura de 100% de água potável do início até o final da concessão, (ii) cobertura de 97% de esgotamento sanitário até final de 2024, devendo manter esse índice até o final da concessão; as metas estão em revisão através do processo 1447/2021 ARESC (iii) reduzir os índices de perdas para 30%, 25% de 2027 até o final da concessão.

21. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.